

Portaria n.º 303/2003, de 14 de Abril — ajudas de custo;
 Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março — empreitadas de obras públicas;
 Lei n.º 150/99, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 213, de 11 de Setembro;
 Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto — Tribunal de Contas;
 Resolução n.º 1/94 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 19, de 24 de Janeiro de 1994) — idem;
 Resolução n.º 1/2004, 2.ª secção — idem
 Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio — idem;
 Resolução n.º 7/98/MAI-19, 1.º S/PL (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 26 de Junho de 1998) — idem;
 Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro — salário mínimo nacional;
 Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril — ajudas de custo;
 Portaria n.º 147/99, de 27 de Fevereiro — idem;
 Declaração de Rectificação n.º 7-N/99 (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 49, de 27 de Fevereiro de 1999) — idem;
 Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — aquisição de bens e serviços;
 Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro — bases da contabilidade pública;
 Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto — enquadramento orçamental;
 Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro — dívidas à segurança social e ao fisco;
 Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro — Plano Oficial de Contabilidade Pública;
 Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho — regime de administração financeira do Estado;
 Lei n.º 150/99, de 11 de Setembro idem;
 Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de Junho — regime de tesouraria do Estado;
 Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril — inventário;
 Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro — POC — E.

Serviços Académicos:

Portaria n.º 824/85, de 31 de Outubro — rastreio;
 Portaria n.º 615/91, de 8 de Julho idem;
 Decreto-Lei n.º 393-B/99, de 2 de Outubro — regimes especiais;
 Portarias n.ºs 854-A/99, de 2 de Outubro — idem;
 Planos de estudos, unidades de crédito e lista de precedências, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 21 de Maio de 2004;
 Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril (artigos 52.º a 59.º) — acesso ao ensino superior;
 Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro — idem;
 Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março — idem;
 Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 76/2004, de 27 de Março;
 Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de Junho;
 Portaria n.º 845/2004, de 16 de Julho;
 Portaria n.º 106/2002, de 1 de Fevereiro — regulamento do exame extraordinário de avaliação de capacidade para acesso;
 Declaração de Rectificação n.º 8-N/2002;
 Portaria n.º 1/2005, de 3 de Janeiro;
 Lei n.º 328/97, de 27 de Novembro — dirigente associativo juvenil;
 Decreto-Lei n.º 152/91, de 23 de Abril — idem;
 Decreto-Lei n.º 54/96, de 22 de Maio — direitos das associações;
 Decreto-Lei n.º 55/96, de 22 de Maio — dirigente associativo;
 Regulamento da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 199, de 26 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio — atletas de alta competição;
 Portaria n.º 947/95, de 1 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 123/96, de 10 de Agosto — idem;
 Portaria n.º 37/98, de 29 de Junho — idem;
 Portaria n.º 612/93, de 29 de Junho — reingresso, mudança de curso e transferência;
 Portaria n.º 317-A/96, de 29 de Julho — idem;
 Portaria n.º 390/95, de 2 de Maio — idem;
 Portaria n.º 96/95, de 1 de Fevereiro — idem;
 Portaria n.º 953/2001, de 9 de Agosto — idem;
 Portaria n.º 1152/2002, de 28 de Agosto — idem;
 Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro — mestrados doutoramentos;
 Decreto-Lei n.º 52/2002, de 2 de Março — registo de teses de doutoramento (*Diário da República*, 1.ª série, n.º 52, de 2 de Março);
 Despacho n.º 311/80 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 17 de Setembro de 1980);
 Resolução n.º 105/2000, 2.ª série, n.º 163, de 17 de Julho — idem;

Resolução n.º 9/bc/93 — regulamento do mestrado;
 Deliberação n.º 1867/2003 — alteração ao regulamento de doutoramento;
 Decreto-Lei n.º 89/77, de 8 de Março — doenças transmissíveis;
 Decreto Regulamentar n.º 3/95, de 27 de Janeiro — idem;
 Decreto-Lei n.º 229/94, de 13 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho — equivalências estrangeiras;
 Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto — idem;
 Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho — equivalências nacionais;
 Portaria n.º 1071/83, de 29 de Dezembro — idem;
 Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro;
 Decreto-Lei n.º 358/70, de 29 de Julho — alunos militares;
 Circular n.º 60/73, série B;
Ordem de Serviço, n.º 163/72, série B, de 27 de Setembro de 1972 — idem;
 Deliberação n.º 635/2004, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 112, de 13 de Maio — regulamento de propinas ao curso de licenciatura;
 Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto;
 Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro — Estatuto do Trabalhador-Estudante;
 Despacho n.º 6659/99 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 5 de Abril de 1999) — estudante elegível.

Autonomia:

Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro — autonomia;
 Decreto-Lei n.º 170/96, de 19 de Setembro — idem;
 Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro — idem;
 Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro — autonomia das universidades;
 Aviso n.º 11420/2001, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 216, de 17 de Setembro de 2001 — tabela de emolumentos da Universidade do Porto;
 Despacho Normativo n.º 23/2001 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 2001) — Estatutos da Universidade do Porto;
 Despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, de 6 de Junho de 2002 — Estatutos da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto;
Diário da República, 2.ª série, n.ºs 226 e 67, de 29 de Setembro de 1995 e de 20 de Março de 1999 — regulamento orgânico e quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.
 Resoluções n.ºs 5/2001 e 45/2001, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 5 e 95, de 6 de Janeiro de 2001 e de 23 de Abril de 2001.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 22 386/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como assistente da Dr.ª Maria Natália de Sousa Pinheiro Amarante, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2005. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 22 387/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar convidado (50%) do Doutor Robert Manners Moura, com efeitos a partir de 20 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2005. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 22 388/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Outubro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar do Doutor António Malheiro Vasconcelos Lima, com efeitos a partir de 26 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2005. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.